



ATA DA 69ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA DO RIO ARARANGUÁ E AFLUENTES CATARINENSES DO MAMPITUBA

DATA: 05/11/2024 (terça-feira).

HORÁRIO: 15 horas 30 minutos, com 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das organizações-membro ou na falta de quórum, em segunda convocação, às 16 horas, com 1/3 (um terço) das organizações-membro.

LOCAL: Plataforma do Google Meet (link: <https://meet.google.com/vci-mtyr-ace>).

PAUTA:

1. Discussão e aprovação da ata da Assembleia Geral Ordinária de 25/09/2024;
2. Assuntos Gerais;
3. Discussão e aprovação da Carta Aberta sobre o PL 4546/2021 que institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica;
4. Resolução nº 015/2024, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais – CTIL;
5. Resolução nº 016/2024, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Capacitação em Recursos Hídricos – CTRH;
6. Resolução nº 017/2024, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Mediação de Conflitos e Recursos Hídricos – CTMC;
7. Encerramento.

MEMÓRIA DA REUNIÃO:

1 Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezesseis
2 horas, por meio de videoconferência pela Plataforma Google Meet, em segunda
3 convocação, com a representação de 21 organizações-membro, reuniu-se a plenária
4 do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Araranguá e Afluentes
5 Catarinenses do Rio Mampituba, conforme lista de presença arquivada na secretaria
6 executiva deste Comitê, em sua 69ª Assembleia Geral Extraordinária. Abrindo a
7 assembleia, a presidente do Comitê, Sra. Eliandra Gomes Marques, fez o acolhimento
8 de todos os presentes e apresentou a ordem do dia, explicando tratar-se de uma AGE
9 demandada por necessidade de discussão do PL nº 4546/2021. E questionou aos
10 participantes da plenária se estavam de acordo com as pautas propostas e se tinham
11 alguma sugestão como alteração de ordem. Como não houve nenhuma manifestação,
12 a presidente deu sequência à assembleia, passando ao primeiro ponto de pauta: 1)
13 Discussão e aprovação da ata da Assembleia Geral Ordinária de 25/09/2024. Como
14 o documento havia sido enviado com 13 dias de antecedência aos membros, decidiu-
15 se pela não leitura, e sem qualquer sugestão de alteração da redação, colocou-se em
16 votação, com a Ata sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, a Sra. Eliandra
17 introduziu o segundo ponto de pauta – 2) Assuntos Gerais. O primeiro assunto desse





18 item foi a atualização dos membros representantes do comitê no GTA – Grupo de
19 Técnico de Assessoramento da Sentença da Ação Civil Pública (ACP) do Carvão.
20 Conforme a presidente, atualmente representam o órgão ela própria, a professora
21 Yasmine de Moura da Cunha, representante da Unesc, e Cláudio Zilli, que era
22 representante da ACIC e não faz mais parte do Comitê. Conforme ela, há uma vaga
23 em aberto. E perguntou à Sra. Yasmine, se ela se disporia a abrir mão da vaga para
24 abrir espaço a mais alguém do Comitê que deseje participar, visto que representa
25 também o Comitê Urussanga no GTA e que poderia estar defendendo as pautas do
26 Comitê Araranguá e Afluentes do Mampituba neste espaço, permitindo assim que
27 mais algum representante do Comitê participasse do GTA. A Sra. Yasmine destacou
28 que seria importante que se outro membro fosse assumir essa vaga, deveria ter noção
29 do processo em questão, da sequência de relatórios produzidos pelo grupo técnico.
30 Eliandra informou que o GTA reúne-se pelo menos uma vez por ano, e questionou se
31 alguém se dispunha a participar, ocupando a vaga do Comitê, destacando que seria
32 interessante que o Comitê mantivesse as três vagas. Pedindo para contribuir na
33 discussão, o coordenador geral do ProFor Águas Unesc, prof. Carlyle Torres Bezerra
34 de Menezes, destacou o papel do GTA no assessoramento do cumprimento da
35 sentença que condenou as mineradoras de carvão da região a repararem os danos
36 ambientais. E que há características diferentes em cada um dos comitês no tocante
37 aos problemas de degradação em cada bacia – seja na do Araranguá, Urussanga ou
38 Tubarão. E que se a professora Yasmine consegue dar conta dos dois comitês, é
39 muito bom. E independente do comitê em que esteja, o representante precisa dar uma
40 devolutiva do processo em um ou outro comitê, havendo demandas diferentes em
41 cada bacia. Portanto, quem faz parte precisa ter conhecimento técnico para contribuir
42 no assessoramento, sendo que as discussões no GTA, por vezes, são muito difíceis.
43 Retomando a palavra, a Sra. Eliandra afirmou que a Sra. Yasmine, mesmo abrindo
44 mão da vaga pelo Comitê Araranguá e Afluentes do Mampituba, ao permanecer como
45 representante do Comitê Urussanga, poderia continuar colaborando com o Comitê
46 Araranguá/Mampituba. E que a ideia seria promover mais participação, mas sempre
47 levando em conta a possibilidade de contribuição efetiva do representante. O
48 representante da COOTIL, Sr. Rogério Bardini, destacou que a professora Yasmine
49 tem representado muito bem o Comitê Araranguá/Mampituba no GTA. E se ela se
50 coloca à disposição, e não havendo ninguém interessado, com competência e tenha
51 acompanhado todo esse trâmite no GTA, não há qualquer problema. E em não
52 havendo alguém disponível, a professora está cumprindo o seu papel, com
53 disponibilidade para representar o Comitê. A Sra. Eliandra lembrou que há uma vaga
54 em aberto e é preciso indicar um nome para preencher a representação. O membro
55 Rinaldo Betcher Neto, do CRBio, sugeriu que fosse explicado melhor o papel do GTA
56 para que os membros pudessem entender melhor e se colocarem à disposição. A
57 presidente pediu ao prof. Carlyle para fazer a explicação. Retomando a palavra, o
58 professor explicou que o GTA atua há quase 20 anos, desde que saiu a sentença



59 condenatória obrigando as empresas a repararem os danos causados ao meio
60 ambiente, por meio de projetos. Resumindo, cada empresa possui uma quantidade
61 de área degradada, à qual foram estabelecidas metas para serem alcançadas para a
62 recuperação – de solo degradado e nos rios. Ficou definido lá atrás que primeiro se
63 faria a recuperação de solo, para depois se recuperarem as calhas dos rios. Só que
64 depois de quase 20 anos, não há nenhuma área considerada recuperada, razão pela
65 qual é realizado esse acompanhamento. É importante estar no GTA porque há
66 critérios de indicadores de recuperação. Por exemplo, um dos indicadores que
67 defendido era o de que fosse incorporado os sedimentos dos rios, que ainda não foram
68 incorporados. O professor explicou que são realizadas campanhas durante todo o ano
69 sobre a qualidade da água, solo, acompanhamento dos projetos, e no final de cada
70 ano eram apresentados os relatórios, havendo audiências públicas em municípios de
71 cada bacia. Esse processo foi interrompido durante a pandemia da Covid. Lembrou
72 que no final de cada ano o representante do Comitê, juntamente com os demais
73 integrantes do GTA, aprova o relatório, que é remetido à Justiça Federal, que
74 acompanha o cumprimento da sentença. Por isso o conhecimento técnico do
75 representante do Comitê é muito importante. A professora Yasmine complementou
76 que muitas vezes é preciso buscar fora o conhecimento técnico necessário para poder
77 compreender melhor os aspectos e contribuir de forma mais adequada. Inclusive
78 recorrendo às câmaras técnicas do Comitê, em determinados assuntos sobre os quais
79 seus membros têm domínio, ou até mesmo do prof. Carlyle, que acompanha o
80 processo do GTA há mais tempo. Retomando a palavra, a Sra. Eliandra voltou a
81 questionar se alguém entre os participantes teria interesse em representar o Comitê
82 no referido grupo. A Sra. Natalia Dal Farra Lopes, representante do Município de
83 Forquilha, organização que se encontra na lista de espera do Comitê, colocou-se
84 à disposição, reforçando que possui conhecimento sobre o tema e tem interesse em
85 colaborar. A presidente questionou o Sr. Rinaldo Betcher Neto teria interesse em
86 participar do GTA, oferecendo a sua vaga. Não havendo a resposta, a Sra. Eliandra
87 deu sequência à assembleia, informando que falaria com o Sr. Rinaldo em outro
88 momento e que falaria com a diretoria para tratar do assunto, sendo que também há
89 a necessidade de suplentes. E passou para outro tema, iniciando abordagem sobre a
90 maquete da bacia do rio Araranguá e dos afluentes do Mampituba. A técnica em
91 Gestão Ambiental do ProFor Águas Unesc, Ana Paula Matos, fez uso da palavra,
92 informando que foi realizada uma oficina, por meio de videoconferência envolvendo a
93 CTCRH, quando se possibilitou a apresentação de sugestões em relação à sua
94 elaboração. Oportunidade em que foi detalhado o processo em questão e acolhidas
95 algumas sugestões, devendo o produto ser apresentado na última AGO do Comitê. A
96 Sra. Eliandra sugeriu que a apresentação da maquete seja feita em um outro
97 momento, numa oficina, pois poderá tomar muito tempo da assembleia, que terá uma
98 pauta extensa. O tema ficou para ser discutido na sequência, em momento posterior
99 para uma definição. Subsequentemente, a presidente tratou da presença do Comitê



100 em evento na Comunidade Quilombola São Roque – Caravana Cultural, no dia 26 de
101 outubro, quando abordou a temática “Onde as águas se encontram”. Informou que na
102 oportunidade o Comitê foi convidado a participar de um novo evento, no dia 20 de
103 novembro, alusivo ao dia da Consciência Negra. Em seguida, a presidente falou da
104 terceira e última capacitação aos membros do Comitê, marcada para 21/11, com
105 abordagem sobre PSA – Pagamento por Serviços Ambientais. Destacou a importância
106 do tema, pela possibilidade de que projetos nesta área possam ser implementados
107 nos territórios das duas bacias. A técnica do ProFor Águas que dá apoio ao Comitê,
108 Sra. Sabrina Baesso Cadorin, informou que está preparando material de divulgação e
109 que logo as inscrições estarão abertas. O representante da Epagri, Sr. Filipe
110 Rodrigues Kinalski, sugeriu que seja encaminhado convite para a Epagri, que possui
111 um programa de PSA para que outros membros possam participar. A presidente
112 complementou que o convite também deve ser enviado a outras entidades membros,
113 para que mais pessoas possam participar dessa importante atividade. E, em seguida,
114 tratou das próximas atividades do Comitê, destacando a última AGO do ano, marcada
115 para 26 de novembro, apresentando o edital de convocação. Observou que a
116 assembleia ocorrerá na sede da Amesc, em Araranguá, quando haverá um momento
117 muito especial com a homenagem aos ex-presidentes do Comitê pela contribuição
118 que deram na história do órgão. Em seguida, destacou os demais itens da pauta da
119 próxima AGO. E passou ao terceiro item da AGE – 3) Discussão e aprovação da Carta
120 Aberta sobre o PL 4546/2021 que institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica.
121 Destacando que o tema em questão, com a aprovação de uma Carta Aberta, foi o
122 motivo para a assembleia extraordinária, a presidente observou que o assunto foi
123 levado à CTIL para a elaboração do documento, o qual foi submetido aos demais
124 membros do Comitê para contribuição por meio do Google Docs. Ato contínuo,
125 solicitou ao representante da Polícia Militar Ambiental, Sr. Gibran Rezende Grechi,
126 que fizesse a leitura do texto. Finalizada a leitura, a presidente colocou em discussão
127 o texto para possíveis contribuições. Como não houve nenhuma sugestão, colocou
128 em votação, sendo aprovada por unanimidade. E solicitou aos membros que
129 ajudassem na divulgação do documento para agentes políticos da esfera federal e
130 outras instituições de interesse que possam contribuir no processo. Dando sequência
131 a ordem do dia, a Sra. Eliandra passou ao item seguinte – 4) Resolução nº 015/2024,
132 que estabelece a composição da Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais
133 – CTIL. Lembrou que houve a ampliação de vagas de cinco para sete, apresentando
134 a nova composição: Prefeitura de Passo de Torres, Polícia Militar de Santa Catarina,
135 ARASUL, CIDASC, UNESC, ACEAMB e AMESC. E que algumas entidades que não
136 conseguiram vaga no Comitê durante as ASPs e ficaram na lista de espera foram
137 indicadas por entidades-membro para poder participar das CTs, como o caso da
138 Prefeitura de Sombrio que irá participar por meio da AMESC. Em seguida, a técnica
139 Sabrina apresentou o texto da resolução e a presidente colocou em votação, havendo
140 aprovação por unanimidade. Na sequência, passou-se ao quinto item da pauta – 5)



141 Resolução nº 016/2024, que estabelece a composição da Câmara Técnica de
142 Capacitação em Recursos Hídricos – CTCRH. A Sra. Eliandra apresentou a nova
143 composição, com a participação da UNESC, SAMAE Araranguá, Gaivota
144 Saneamento, SEARA Alimentos, EPAGRI, IMA, Associação Praiagrandense de
145 Condutores para o Ecoturismo (APCE), FUNDAVE e Aguapé. E lembrou que essa CT
146 passou de cinco para nove vagas. A técnica Sabrina apresentou a resolução com a
147 nova composição e a presidente colocou em votação, havendo aprovação por
148 unanimidade. Dando prosseguimento, a Sra Eliandra passou ao último item da pauta
149 – 6) Resolução nº 017/2024, que estabelece a composição da Câmara Técnica de
150 Mediação de Conflitos e Recursos Hídricos – CTMC. E apresentou a nova
151 composição, que passou de cinco para sete membros, sendo composta pela
152 COOIJAM, COOTIL, ADISI, CRBIO-09, ACEAMB, AMESC e Sócios da Natureza. A
153 resolução com a nova composição da CT foi apresentada pela técnica Sabrina,
154 colocada em votação pela presidente, sendo aprovada por unanimidade. Ingressando
155 na parte final da AGE, a presidente lembrou da recente realização da última oficina do
156 Planejamento Estratégico do Comitê e de uma das ações estabelecidas é sobre o PL
157 4546/2021 e a necessidade de se fazer uma articulação com os deputados da região
158 sobre o tema e também garantir que, por meio de emendas parlamentares, sejam
159 captados recursos para o desenvolvimento de projetos. Informou que o prazo para
160 esse fim vai até dia 15 de novembro. A Sra. Eliandra destacou também que
161 recentemente o Tribunal de Contas recomendou ao Estado sobre a necessidade de
162 ações para a gestão de recursos hídricos em SC. Uma delas é o Enquadramento e
163 que é preciso rever os planos de bacia, como o do rio Araranguá e se criar os planos
164 que ainda não foram feitos. Conforme ela, os recursos estão disponíveis e é preciso
165 ter acesso para desenvolver os projetos nas bacias, como o de Enquadramento da
166 bacia do Araranguá, que já está pronto. Há também projetos do ProFor para os quais
167 não há recurso. A presidente destacou a importância do apoio de todos para que
168 esses recursos possam ser captados. Por fim, encerrando a AGE, a presidente
169 agradeceu a presença de todos e o apoio do ProFor Águas Unesc para a realização
170 da assembleia. Nada mais havendo a tratar, às 17 horas e 14 minutos, a referida
171 Assembleia Geral Ordinária foi encerrada e eu, Mauricio Thadeu Fenilli de Menezes,
172 lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada, acompanhada da
173 lista de presença.

Eliandra Gomes Marques
Presidente do Comitê Araranguá e
Afluentes do Mampituba

Mauricio Thadeu Fenilli de Menezes
Secretário Executivo do Comitê
Araranguá e Afluentes do Mampituba

